

GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: Uma análise sobre a abordagem do tema nas séries iniciais em escolas públicas do Brasil

José Américo Soares Neto¹
Suzana Coelho Conceição²

Resumo: Esse artigo tem a pretensão de analisar como os temas de gênero e sexualidade são trabalhados nas escolas públicas do Brasil, mais especificamente na educação básica, séries iniciais. Como os agentes participantes e formadores desses espaços, estudantes e professores e professoras e dirigentes lidam com essas questões. Pensando a escola enquanto um espaço de grandes experiências, que ora podem ser positivas ora negativas para os sujeitos que fazem parte desse ambiente. Esta pesquisa está fundamentada em trabalhos já feitos, como os de Guacira Lopes Louro e documentos legais do ministério da educação que legitimam a discussão de tais temáticas nos espaços das escolas públicas do Brasil. Esses documentos e autora trazem à tona a reflexão da importância de tais discussão nesses espaços, justificando sua importância para se pensar a escola, enquanto um espaço laico, democrático e livre de preconceitos, para que assim se possa começar a idealizar a escola enquanto um ambiente de desconstrução de discriminações, engajada em projetos que potencialize a condição humana dos sujeitos que nela estão inseridos.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Escola; Educação.

Abstract: This article aims to analyze how the themes of gender and sexuality are worked in public schools in Brazil, more specifically in basic education, early grades. How the participating and forming agents of these spaces, such as students and teachers, deal with these issues. Thinking of school as a source of great experiences, which can be either positive or negative for the subjects that are part of this environment. This research is based on works already done, such as those of Guacira Lopes Louro, Pedro Ribeiro Nogueira, and legal documents from the Ministry of Education that legitimize the discussion of such themes in the spaces of public schools in Brazil. These authors bring up the reflection of the importance of such discussion in these spaces, justifying its importance to think the school as a lay, democratic and free of prejudices space, so that we can start to idealize the school as an environment of deconstruction of discriminations, engaged in projects that enhance the human condition of the subjects that are inserted in it.

Palavras-chave em língua estrangeira: Gender. Sexuality. School. Education.

¹Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Feira De Santana-UEFS, professor da rede básica de Ensino, no município de Feira de Santana, aluno do curso de especialização em gênero, diversidade e Direitos Humanos, pela UNILAB. E-mail: americogarret@hotmail.com

²Assistente Social, Educadora. Orientadora de TCC do curso de especialização em gênero, diversidade e Direitos Humanos da UNILAB. E-mail: szcoelho@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de analisar, a partir de referências bibliográficas, como os temas de gênero e sexualidade são trabalhados nas escolas, mais especificamente na educação básica, séries iniciais, lugar onde atuo enquanto docente. Pensando que a escola é um celeiro de grandes experiências, que ora podem ser positivas ora negativas para os sujeitos que fazem parte desse ambiente. É importante compreender os desafios e perspectivas ao tratar dessa temática, que é tão urgente, e ao mesmo tempo silenciada nos ambientes escolares.

O Brasil se configura enquanto um país machista, homofóbico, misógino, essas violências contra os corpos que muitas vezes são colocados à margem da sociedade, seja por falta de políticas públicas, seja por questões estruturais familiar, estão cada vez mais presentes e noticiadas. Entende-se que quando não há uma educação sexual, uma consciência sobre seu corpo e o corpo do outro, a tendência é que esses tipos de violências sejam praticadas cada vez mais. Sabendo que as crianças não nascem reproduzindo essas e outras violências, mas certamente aprendem em diversos espaços, seja em casa, na rua, ou até mesmo na escola, se faz necessário refletir desde cedo as questões de gênero, sexualidade e outros mais que julguem necessário. Pois assim, essas crianças poderão compreender a importância do respeito as diferenças, entender sobre os lugares que seus corpos transitam, pertencem e como eles podem ser ferramentas de combate a essas e tantas outras violências que são disseminadas em no país.

Para responder à questão norteadora desta pesquisa: que se trata da abordagem do tema gênero e sexualidade nas séries iniciais, nas escolas públicas do Brasil, o que ainda se revela como um grande tabu, mesmo com todos os avanços sobre a discussão na sociedade. Sabendo que de modo geral, muitas escolas adotam uma postura conservadora, quando se trata de trabalhar tais temáticas em sala de aula. Seja por falta de interesse, desinformação, medo de possíveis represálias e até mesmo por questões ideológicas, o que compromete em muito a discussão do assunto nas escolas públicas, uma vez que tratar dos assuntos se faz necessário, tendo em vista o atual cenário político do país. O objetivo geral desse trabalho é discorrer sobre a abordagem do tema Gênero e Sexualidade nas séries iniciais em

escolas públicas do Brasil. E os objetivos específicos são: Verificar o que diz a legislação sobre a abordagem do tema nas séries iniciais, como também conhecer a realidade da abordagem do tema nas escolas públicas do país e analisar como essas temáticas são apresentadas aos alunos e alunas de forma geral.

Para isso, o artigo foi dividido em três tópicos, no primeiro momento, será feita uma breve análise sobre os temas de gênero e sexualidade. No segundo momento, será discutido sobre qual o papel da escola na formação dos estudantes, pensando ela para além de um espaço de aquisição de conhecimentos práticos e, por último, se analisará como os agentes desses espaços, os professores (as), dirigentes, estudantes e familiares compreendem a importância de se discutir gênero e sexualidade no espaço escolar, mais precisamente nas séries iniciais, tendo em vista as várias possibilidades de ser dos sujeitos que dela fazem parte.

A abordagem do tema gênero e sexualidade nas séries iniciais, nas escolas públicas do Brasil ainda se mostra restrito, mesmo com todos os avanços sobre a discussão na sociedade. De modo geral, muitas escolas adotam uma postura conservadora, quando se trata de trabalhar tais temáticas em sala de aula. Seja por falta de interesse, desinformação, e até mesmo por questões ideológicas, o que compromete em muito a discussão do assunto nas escolas públicas, uma vez que tratar dos assuntos se faz necessário, tendo em vista que a atual geração de crianças e adolescentes têm em mãos informações rápidas e fáceis, o que de certa forma pode ser um atrativo, como também um perigo, quando a internet não é usada de forma correta.

De acordo com a ANTRA (2021) o Brasil é um dos países que mais mata LGBT no mundo; a todo momento mulheres são assassinadas simplesmente por serem mulheres; a gravidez na adolescência ainda é um problema em nosso país; muitas pessoas se contaminam com ISTs (Infecções sexualmente transmissíveis) por falta de informação, principalmente os jovens. Diante disso, é urgente a quebra de tabus que vêm inviabilizando a discussão dessas e outras temáticas nas escolas públicas do Brasil. Pois a informação é necessária, e a escola enquanto espaço de debate e problematização de tais discussões assume o papel de protagonista na mediação da informação e do conhecimento, para que assim junto com a sociedade e a família, possam contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e livre de preconceitos que matam e ferem a integridade física e mental de milhares de sujeitos, principalmente mulheres, negros (as) e pessoas LGBTQIA+.

Esta pesquisa está fundamentada em trabalhos já feitos, como os de Guacira Lopes Louro, Juliane dos Santos Porto, e documentos legais do ministério da educação que legitimam a discussão de tais temáticas nos espaços das escolas públicas do Brasil. Esses e essas autores e autoras trazem à tona a reflexão da importância de tais discussões nesses espaços, justificando sua importância para se pensar a escola, enquanto um espaço laico, democrático e livre de preconceitos, para que assim se possa começar a idealizar a escola enquanto um ambiente de desconstrução de discriminações, engajada em projetos que potencialize a condição humana dos sujeitos que nela estão inseridos.

A presente pesquisa terá como base teórica metodológica o enfoque de pesquisa dialética, pois se faz necessário a explanação histórica dos assuntos abordados, como também os desafios enfrentados para sua efetivação de forma eficaz da pesquisa em questão, que tem como objeto de estudo discorrer sobre a abordagem do tema Gênero e Sexualidade nas séries iniciais em escolas públicas do Brasil.

Dessa forma, a presente pesquisa busca ainda apreender os desafios e perspectivas sobre a discussão das temáticas de gênero e sexualidade nos espaços escolares, analisando o seu significado na expressão das relações humanas. Assim, sob uma perspectiva dialética, a busca foi trazer com maior clareza possível a reflexão sobre a importância de se trabalhar gênero e sexualidade nas escolas públicas do país, sobretudo nas séries iniciais, quando os sujeitos estão começando a construir seus valores, personalidade.

A fim de alcançar os objetivos deste artigo, a referida pesquisa se configura como uma pesquisa exploratória que possibilita maior conhecimento sobre o tema e proporciona maior aprofundamento sobre as questões relacionadas a problemática que envolve tratar as questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar, compreendendo os seus desafios e perspectivas.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde é possível a partir da coleta dos dados analisar materiais já elaborados com base em fontes bibliográficas que possibilita análise de diversas ideologias acerca do problema suscitado, a partir de leituras e análises das seguintes autoras: Guacira Lopes Louro e Juliane dos Santos Porto e fonte de dados como referências bibliográficas nacionais e estrangeiras, documentos históricos, leis e resoluções.

Quanto à forma de abordagem a pesquisa caracteriza-se como *qualitativa* pois permite retratar a realidade de uma forma ampla, observando as dimensões presentes no problema possibilitando assim encontrar novos aspectos com relação ao marco teórico da temática pesquisada.

2. A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE.

O ser humano está em constante construção e desconstrução, e a educação é um dos meios pelo qual o indivíduo utiliza para se transformar de um estado para o outro, podendo assim utilizar-se para modificar a si e a sociedade, na qual está inserida. Como instância mediadora, a educação possibilita a relação de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade. Sendo assim, entende-se que a educação não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto, tendo a prática social o ponto de partida e chegada do agir pedagógico. De acordo com Paviani (2010) no livro *Problemas de Filosofia da Educação*, a educação precisa superar as cisões introduzidas pela tradição ocidental, isto é, o predomínio da cidade sobre o campo, do civilizado sobre o primitivo, do erudito sobre o popular, do rico sobre o pobre, do branco sobre o preto, do homem sobre a mulher, dentre outras.

Não é possível pensar e fazer educação desvinculada do processo de produção e das relações sociais, ou mais precisamente, sem uma estreita relação com o projeto de sociedade, uma sociedade justa ou injusta, com esta ou aquela ideologia econômica e política. (PAVIANI, 2010, p. 47)

Quando a escola passa a ser o único espaço de construção do saber, de problematização, uma máquina pedagógica com seus prédios, laboratórios, técnicas, põe-se a produzir uma supra realidade, fora do contexto dos valores, das crenças, dos problemas que cada grupo tem como modo de vida. Assim, a educação passa por várias dimensões, relação educador-educando; construção e a mediação de conteúdo; políticas educacionais, definindo assim o seu fim: realizar processos de transformações do sujeito e da sociedade.

Tendo em vista as possíveis finalidades da educação, é preciso entender que nesse espaço ocorre a problematização de diversas temáticas, que estejam relacionadas as vivências dos sujeitos que dele fazem parte, como os (as) alunos e

alunas, professores e professoras, que juntos e juntas, constroem esse espaço de convivência. É no âmbito escolar também, onde ocorre a reprodução de situações de machismo, misoginia, homofobia e preconceitos diversos. Apesar de existir um esforço por parte de alguns para negar ou omitir que isso também ocorre no espaço escolar. Louro afirma que:

“Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão” (LOURO, 2014, p. 89).

Diante disso, a escola assume o papel de problematizar tais questões, que são inerentes a esses sujeitos, pois, assim ela estará cumprindo seu papel social: formar pessoas capazes de pensar criticamente sobre diversos temas que estão presentes na sociedade, mas não se pode negar, que o contrário pode acontecer, em função de uma agenda que nega a diversidade que há no espaço escolar.

A escola é certamente espaço plural, diverso, onde há uma singularidade de sujeitos que estão em processo de construção e desconstrução a todo momento, é nesse mesmo espaço onde ocorre a manifestação da sexualidade de alguns indivíduos. É nele onde as pessoas se relacionam com diversos modos de ser, de falar, de vestir, onde também possivelmente ocorrem as primeiras informações sobre o seu corpo, sexualidade, mas essas experiências podem ser agradáveis, mas como também frustrantes, marcando a vida desses indivíduos. Diante disso, é

“Importante notar, no entanto, que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores (as) façam afirmações do tipo: “em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área”, ou, então, ‘nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos” (LOURO, 2014, p. 84).

A partir disso, se faz necessário entender como esse espaço chamado escola, pode contribuir para o entendimento de temas que ainda se mostram delicados para a sociedade, e como ela também acaba reproduzindo comportamentos que corroboram para uma sociedade preconceituosa, machista e misógina, por exemplo. Ignorar esse e outros assuntos, certamente não é a melhor opção, pois eles não

fugiram da escola, mas sobretudo, fazem parte dela, acontecem nela. Será a escola espaço de reprodução dessas mazelas, ou lugar de desconstrução desses sujeitos que chegam a esses espaços já carregados de preconceitos? Louro, diz que:

“Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis” (Louro, 2014, p. 72).

Tudo aquilo que esteja fora do padrão elaborado pela escola, nesse contexto, acaba na marginalidade, pois na tentativa de um ideal, uma padronização daquilo que eles e elas entendem como o desejável, acabam contribuindo para a desigualdade e exclusão daqueles sujeitos que por alguma razão, não se enquadram nesse ideal pensado pela escola. Louro (2014, p.85) diz que “não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, e a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se escreve”.

Tendo em vista que a escola é palco dessas problematizações, como garantir que assuntos como gênero e sexualidade, sejam discutidos nesse espaço, desde a educação infantil? Para isso, existem documentos legais, elaborados e pensados a fim de tratar essas e outras temáticas no espaço escolar, garantindo, que em teoria, os assuntos tenham espaços para a discussão.

2.1. Amparo legal sobre gênero e sexualidades e o espaço escolar.

Falar sobre sexualidade ainda é um tabu em nossa sociedade, pois a forma como é vista e foi construída ao longo da história, foi e é no campo da imoralidade, promiscuidade, colocando sempre o tema na marginalidade, o que contribui em muito para que crianças e adolescentes busquem informações e experiências sexuais, sem o mínimo de conhecimento, colocando esses sujeitos em condições de vulnerabilidade.

A sexualidade faz parte da vida humana e tem grande importância no desenvolvimento das pessoas, pode-se dizer que a sexualidade é algo inerente, que acontece desde o nascimento até o fim da vida, podendo ocorrer de formas variadas, de acordo com as etapas da vida e como essas pessoas irão se relacionar com seus

corpos, suas histórias e sua cultura. Louro (2014, p. 85) afirma que “se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas, mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos.

Diante disso, o PCN³ afirma que:

Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural. (BRASIL, 1997, p. 75).

Ainda de acordo com o PCN (1997) a sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância. Assim, discutir sobre a sua vivência saudável é fundamental, pois é um dos aspectos essenciais de desenvolvimento integral dessas crianças, que futuramente se tornarão adultos vivendo sua sexualidade de forma saudável e responsável.

Por isso, deve-se trabalhar no intuito de desmitificar essa ideia distorcida sobre a sexualidade e entender que ela envolve uma série de atravessamentos. Pois há um corpo, uma vida, um desejo, uma vontade que estão diretamente ligados a sexualidade e como cada pessoas lida com ela. A partir disso, é preciso abrir espaços para debates sobre a temática, seja nos espaços formais ou informais onde acontece a educação, pois ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte.

Nesse sentido, o papel da escola é fazer uma reflexão sobre a sexualidade, orientando os educandos sobre a sua importância para a vida, seja tratando de sexo, gênero, ISTs, violência sexual dentre outras possibilidades. Porém é preciso levar em consideração a capacidade cognitiva de entendimento sobre determinados assuntos e a faixa etária das crianças. No tocante as possíveis orientações que a escola pode fazer acerca da sexualidade, é preciso ser imparcial, o máximo possível, não impor regras e formas de vivenciar a sexualidade.

³ Parâmetro Curricular Nacional.

Os PCNs, mais precisamente o PCN de orientação sexual é um mecanismo importante no qual o educador(a) pode se respaldar para tratar dessa temática em sala de aula.

O espaço escolar se torna um importante aliado no reforço da educação sexual, algo que deve ser ensinado pela família e, reforçado pela escola, pois, segundo o PCN todas as pessoas com quem convivem – outras crianças, jovens e adultos – ao expressarem sua sexualidade ensinam coisas, transmitem conceitos e ideias, tabus, preconceitos e estereótipos que vão se incorporando à educação sexual.

Sabendo que a sexualidade se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida, é necessário que a reflexão ocorra, tanto no ambiente familiar, o que não acontece com tanta frequência, por uma série de tabus que gira em torno da temática, quanto na escola. Dessa forma, o PCN:

“Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado.” (BRASIL, 1997, p. 77).

O PCN orienta que é na escola, também, onde deve ocorrer a informação, a problematização e sobretudo o debate sobre os mais diversos tabus, preconceitos existentes na sociedade. Esse debate deve certamente ocorrer não totalmente, porém o máximo possível de distanciamento das opiniões, principalmente dos professores e professoras, que estão num lugar de autoridade, pois uma posição colocada de forma pessoal, fundamentada em suas crenças, pode gerar o efeito contrário daquilo que foi proposto inicialmente. O documento afirma que:

“A postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente” (BRASIL, 1997, p. 97).

Assim, entende-se a importância desse e outros documentos para o suporte na atividade docente, que tem a finalidade de levar informação, conhecimento, discussão e sobretudo luz sobre esses e outros temas, do seu lugar na sociedade, do seu corpo e como ele está presente e dialoga com as diversas facetas da humanidade, afim de

construir uma sociedade com menos preconceito, discriminação, violência, e engajada na luta pela liberdade dos corpos e respeito mútuo.

2.2. O corpo e como ele se relaciona e articula com as questões da sexualidade/identidade de gênero e a cultura escolar.

A escola é marcada pela padronização, disciplinização dos corpos, da normatização, elabora um discurso de homogeneização, como se todos e todas que fazem parte dela fossem iguais, desconsiderando em muitos casos os diversos corpos e modos de ser. Não se pode ignorar as histórias dos sujeitos que ali estão, suas marcas e os lugares que eles pertencem, fazer isso, é uma nítida tentativa de silenciamento dessas pessoas. Tendo em vista que cada corpo carrega consigo uma história, entende-se que:

“O corpo humano não é somente um corpo físico, nem apenas uma máquina fisiológica, é um organismo vivo capaz de dar sentido à experiência de si próprio: um sujeito corporificado- um corpo subjetivado” Denise Najmanovich (apud, SILVA, 2010, p. 94).

Mesmo com o reconhecimento de que o corpo é subjetivo, carregando consigo histórias, tramas e modos diversos de ser, é possível perceber, que ainda assim, impera a tentativa de controle sobre ele, em nome de um ideal de norma, de padronização, que foi criado a partir de uma ideia do que se deve ser aceito ou não.

Ao se tratar dos diversos corpos que transitam no ambiente escolar, muitas vezes, fecham-se os olhos, fingem não enxergar a pluralidade que está e faz parte da escola e fora dela. Não há como ignorar a diversidade que existe na escola, porque incomoda ou porque não se tem competência, habilidade, sensibilidade para lidar com toda essa pluralidade, diversidade que está posta. Diante disso, SILVA afirma que:

“Nas nossas práticas, precisamos aprender a desconstruir a naturalidade que nos apresentam como sendo natural, mas que são construções sociais, que buscam a universalidade a padronização, e ratificam as assimetrias de gênero; assim sendo, vamos nos (re)inventando a cada dia a favor das emergências e dinâmicas do mundo e, portanto, dos contextos” (SILVA, 2010, p. 153).

A partir disso, se faz um convite aos docentes e todos e todas aqueles envolvidos no contexto escolar a lembrar o cotidiano escolar, as suas práticas e perceber o quanto elas, em muitos casos, são embasadas em achismos, crenças, mitos, valores, preconceitos, consciente ou inconscientemente. Essa fundamentação, geralmente não dialoga com o contexto atual da sociedade, na qual, exige-se um olhar mais atento as questões que atravessam os seres humanos, nas suas diversas formas de ser no mundo.

“Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estamos nós próprias/os envolvidas/os nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas/os e que, portanto, também nos dizem respeito” (LOURO, 2014, p. 69).

Fazer uma autoavaliação delas é fundamental, para que as práticas não firmem, vá de contra as diversidades que existem na escola, e com isso, reproduzir ações machistas, homofóbicas, racistas, que firmem os direitos humanos, a dignidade humana e sobretudo, o direito à vida em sua plenitude.

O que se vê em diversos ambientes escolares, principalmente nas aulas práticas de educação física, são práticas nitidamente marcadas por papéis de gênero, e até mesmo, por sexismo, quando as atividades realizadas pelos alunos é uma e pelas alunas é outra. Isso é um grande problema, que deve ser combatido, tão logo nas séries iniciais, pois as relações de poder podem ser percebidas, colocando os alunos numa posição de superioridade, de poder, o que contribui para que eles cresçam com esse pensamento.

“Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (LOURO, 2014, p. 45).

Diante disso, é preciso pensar ações pedagógicas que não fomentem o sexismo, o machismo, a homofobia e a discriminação. Essas ações devem ocorrer desde as séries iniciais, pois é nessa faixa etária que a criança começa a formar suas ideias, sua personalidade. O currículo, que orienta as ações pedagógicas deve estar conectado a ações voltadas para a discussão de temáticas que contribuam para a formação de sujeitos conscientes do corpo, da sua história e sobretudo que compreendam as diferenças que há na sociedade. Assim,

“Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 2014, p. 68).

Professores/as juntamente com a escola, agentes parceiros na formação dos sujeitos, precisam estar atentos às questões que atravessam esses sujeitos em sua totalidade. Mesmo entendendo que ao tratar de se trabalhar gênero e sexualidade, existem desafios e perspectivas.

2.3. Desafios e perspectivas de se trabalhar gênero e sexualidade na escola.

A escola sendo esse espaço de reprodução das relações de poder, automaticamente o currículo tem se mostrado um discurso de poder, que tem papel importante na construção de sujeitos pensantes ou não, a depender da forma como esse discurso estará a sua disposição. Quando se trata dessa relação de poder na escola, (PORTO, 2019, p.2) afirma que “historicamente, a circulação de discursos em torno da sexualidade que escapa ao padrão heteronormativo é interdita em nome da preservação das instituições e de valores morais”.

Esse discurso se mostrou mais evidente nos últimos tempos, com o atual governo, que não nega seu conservadorismo, o que tem contribuído para que esse tipo de padrão seja adotado cada vez mais pelas instituições escolares. (PORTO, 2019, p.2) reforça que “Posições binárias e relações heteronormativas são reforçadas pelos discursos neoconservadores e pelas práticas não-discursivas constituídas por relações de poder e saber, regimes de verdade e processos de subjetivação que incidem sobre a produção dos corpos.”

O que seria o neoconservadorismo? E como ele atua em nossa sociedade atual? (Porto, 2019) conceitua que o “neoconservadorismo pode ser definido como exaltação ao passado, uma tentativa de voltar aos costumes antigos, um ideal moralista. Para os neoconservadores a sociedade deve respeitar a “ordem natural”. Ou seja, pensando em gênero e sexualidade, é acreditar que existe apenas uma possibilidade de vivenciar a sexualidade, desconsiderando a sua pluralidade e complexidade.

“Neoconservadores negam toda e qualquer existência ou relação que fuja a esse padrão. Também, contrários a miscigenação de culturas e povos, acreditam na superioridade de um “deus” único e apresentam um forte ideal patriota, nacionalista.” (PORTO, 2019, p.4).

O cenário da educação é cercado por uma série de ataques e interferências de pessoas e agentes que desconhecem o fazer educacional, querendo em muitos casos impor seus desejos, dogmas, crenças e achismos. Um desses é o movimento chamado “Escola sem Partido” que tem o intuito de acabar com a chamada “doutrinação marxista de professores da rede pública de ensino”, reforçando que a escola não é espaço para assuntos como gênero e sexualidade, o que leva a um pensamento reducionista e conservador, desconsiderando o que a própria LDB² traz, quando diz que o ensino deve ser plural.

Com isso, (PORTO, 2019, p. 4) diz que, com a ideologia desse movimento fica a escola restrita a “priorizar a formação de capital humano adequado às exigências do mercado de trabalho competitivo e flexível. Os currículos escolares devem centrar no ensino de habilidades e competências que são requisitadas aos trabalhadores para que estejam aptos a disputarem as vagas de emprego.” Pessoas que adotam esse movimento, os neoliberais e neoconservadores, pensam que no currículo não cabe discursos e debates sobre as diferenças sociais, culturais, sexuais e outras mais. Esse tipo de pensamento vai na contra mão daquilo que é natural da sociedade, a sua diversidade, também reconhecida pelos documentos legais que legitimam a educação brasileira.

Essa forma de pensar, adotada normalmente por pais e professores conservadores, deixa claro que o medo ao diferente, o fundamentalismo religioso, além da forte relação de poder, são combustíveis para que movimentos como esses alcancem cada vez mais um público que está preso ao passado, desconsiderando as transformações que a sociedade e os alunos e alunas trazem para o ambiente escolar.

Pensamento como esses, atribui à família a responsabilidade de tratar gêneros e sexualidade, o que pode gerar uma série de problemas, inclusive desinformação, tabus e, fomentar a violência sexual doméstica.

Com isso, os professores e professoras, devem ser levados a reflexão, a serviço de quem e para quem o currículo posto nas escolas está? É uma reflexão que se deve ser feita constantemente. É preciso levar em consideração que a sociedade é plural, diversa e heterogênea, não cabendo pensar somente uma forma de se fazer a

educação. Pois é preciso que as “aprendizagens aconteçam em múltiplas conexões e o conhecimento não esteja centrado em algo, mas construído por meio de atravessamentos e relações entre os vários sujeitos que constituem a escola.

3. MÉTODO

A presente pesquisa teve como base teórica metodológica o enfoque de pesquisa dialética, pois se fez necessário á explanação histórica dos assuntos abordados, como também os desafios enfrentados para sua efetivação de forma eficaz da pesquisa em questão, que tem como objeto de estudo discorrer sobre a abordagem do tema Gênero e Sexualidade nas séries iniciais em escolas públicas do Brasil.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou apreender os desafios e perspectivas sobre a discussão das temáticas de gênero e sexualidade nos espaços escolares, analisando o seu significado na expressão das relações humanas. Assim, sob uma perspectiva dialética, a busca foi trazer com maior clareza possível a reflexão sobre a discussão da importância de se trabalhar gênero e sexualidade nas escolas públicas do país, sobretudo nas séries iniciais, quando os sujeitos estão começando a construir seus valores, personalidade.

A fim de alcançar o objetivo geral deste trabalho que é discorrer sobre a abordagem do tema Gênero e Sexualidade nas séries iniciais em escolas públicas do Brasil, e os objetivos específicos, que são verificar o que diz a legislação sobre a abordagem do tema nas séries iniciais; conhecer a realidade da abordagem do tema nas escolas públicas do país; analisar como essas temáticas são apresentadas aos alunos/as, a pesquisa se configura quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória que possibilita maior conhecimento sobre o tema e proporciona maior aprofundamento sobre as questões relacionadas a problemática que envolve tratar as questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar, compreendendo os seus desafios e perspectivas.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde foi possível a partir da coleta dos dados analisar materiais já elaborados com base em fontes bibliográficas que possibilita análise de diversas ideologias acerca do problema suscitado, a partir de leituras e análises dos seguintes autores: Guacira Lopes Louro, Juliane dos Santos Porto e Pedro Ribeiro Nogueira e

fonte de dados como referências bibliográficas nacionais e estrangeiras, documentos históricos, leis e resoluções.

Quanto à forma de abordagem a pesquisa caracteriza-se como *qualitativa* pois permite retratar a realidade de uma forma ampla, observando as dimensões presentes no problema possibilitando assim encontrar novos aspectos com relação ao marco teórico da temática pesquisada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com esse estudo, foi possível perceber as problemáticas que giram em torno da temática, professores e professoras, assim como os dirigentes, enfrentam dificuldades ao tratar de gênero e sexualidade, seja por questões pessoais, como dogmas, fundamentalismo religioso e crenças, seja por falta de formação continuada, o que se mostra necessário, diante da sociedade que está em constante transformação, pois se a sociedade muda, os sujeitos que dela fazem parte muda e, automaticamente a escola também. E a escola é feita por esses sujeitos.

Para que ações possam ser desenvolvidas nas escolas, se faz necessário reconhecer que a escola é um espaço de construção de desigualdade. Assim, elaborar ações que possam auxiliar para resolução, ou minimização desses entres são indispensáveis.

Diante do pouco tempo para elaboração desse trabalho, como da pandemia, da covid 19, não foi possível realizar uma pesquisa de campo, entrevistando professores e professoras, que estão em atuação. A entrevista com esses profissionais é importante para se ter uma noção de como o assunto o atravessam, o que pode ser feito em trabalhos futuros. Levar a reflexão a esses profissionais é fundamental, para que assim, eles e elas possam rever seus modos de tratar esses e outros temas, que são inerentes ao ser humano e fazem parte do cotidiano escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As impressões que ficaram com o trabalho, são que falar de gênero e sexualidade na escola ainda se mostra um desafio, pois mesmo diante das muitas mudanças que a sociedade vem passando, ainda há tabus, dogmas, preconceitos que precisam ser superados.

Algumas escolas, assim como professores e professoras, presos/as ao passado, a dogmas, crenças e mitos, enfrentam ou colocam barreiras para superar seus dogmas e assim contribuir para uma escola diversa, plural e sobretudo inclusiva, que garantam às crianças, mais especificamente das séries iniciais, que discutam sobre esses temas nas ações pedagógicas.

Quando essa barreira não é superada, os estudantes enfrentam dificuldades para reconhecer suas identidades, suas diferenças e com isso, tenham dificuldade de perceber a diversidade que há no espaço escola e assim, não desenvolvam a sua identidade, reproduzam comportamentos machistas, homofóbicos, misóginos e outros.

Os desafios são vários, mas as perspectivas também, de construir uma escola menos desigual e esteja engajada na democratização dos modos de ser daqueles e daquelas que fazem a escola.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (Org). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. República Federativa do. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. República Federativa do. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004

LOURO, Guacira Lopes. **A construção escolar das diferenças.** Petrópolis: Vozes, 1997 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos da Diversidade/Sexualidade.** Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - PR, 2009. 216p.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. **Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade? Listamos 7 razões.** Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/25/por-que-a-educacao-deve-discutir-genero-e-sexualidade-listamos-7-razoes>.

SILVA. Ana Lúcia Gomes da. **Educação, gênero, sexualidade e corporeidade:** diálogos na escola. In: MESSEDER. Suely Aldir, MARTINS. MARCO Antônio Matos (org.). **Enlaçando Sexualidade.** Salvador: EDUNEB, 2009.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação: o cultural, o político, o ético na escola.** Caxias do Sul: Educs, 2010.

PORTO, Juliane dos Santos. *Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na escola*. **RELACult–Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade** **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society** V. 05, ed. especial, abr., 2019.